CONSELHO PERMANENTE DA OEA/Ser.G

 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS CP/CAJP-3702/23 rev. 7

 7 junho 2023

 COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS Original: inglês

PLANO DE TRABALHO E CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA COMISSÃO

DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS PARA O PERÍODO 2022-2023

**\*Mudanças no calendário de reuniões\***

(Aprovado pela CAPJ em sua reunião ordinária de 2 de fevereiro de 2023)

**SUMÁRIO**

[I. Instalação e autoridades 1](#_Toc125917530)

[II. Mandatos 1](#_Toc125917531)

[III. Acompanhamento de temas atribuídos por mandato 2](#_Toc125917532)

[IV. Eventos especiais 3](#_Toc125917533)

[V. Relatórios periódicos da Secretaria 4](#_Toc125917534)

[VI. Acompanhamento da implementação dos mandatos da Assembleia Geral atribuídos à CAJP 4](#_Toc125917535)

[VII. Relatórios anuais dos órgãos, organismos e entidades da Organização 5](#_Toc125917536)

[1. Comissão Jurídica Interamericana (CJI) 5](#_Toc125917537)

[2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 5](#_Toc125917538)

[3. Corte Interamericana de Direitos Humanos 5](#_Toc125917539)

[4. Centro de Estudos da Justiça das Américas (JSCA) 5](#_Toc125917540)

[VIII. Negociação dos projetos de resolução *omnibus* 5](#_Toc125917541)

[IX. Orçamento para o período 2022-2023 5](#_Toc125917542)

[X. Alcance 5](#_Toc125917543)

[XI. Mandatos emanados do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral e de outros períodos anteriores a serem considerados pela CAJP no período 2022-2023 6](#_Toc125917544)

[1. AG/RES. 2989 (LII-O/22): FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA 6](#_Toc125917545)

[2. AG/RES. 2990 (LII-O/22): DIREITO INTERNACIONAL 8](#_Toc125917546)

[3. AG/RES. 2991 (LII-O/22): PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 9](#_Toc125917547)

[4. AG/RES. 2970 (LI-O/21): PROMOÇÃO DA SEGURANÇA HEMISFÉRICA: UM ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL 13](#_Toc125917548)

[XII. Calendário de reuniões da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos para o período 2022-2023 15](#_Toc125917549)

PLANO DE TRABALHO E CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS PARA O PERÍODO 2022-2023

(Aprovado pela CAPJ em sua reunião ordinária de 2 de fevereiro de 2023)

# Instalação e autoridades

 O Conselho Permanente instalou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) para o período 2022-2023 em 11 de novembro de 2022 e, em 7 de dezembro de 2021, elegeu como Presidente desta Comissão Hugh Adsett, Representante Permanente do Canadá junto à OEA de acordo com o disposto no artigo 28 do Regulamento do Conselho Permanente.

Posteriormente, na reunião ordinária da CAJP realizada em 19 de janeiro de 2023, Ministro Gustavo Paredes, Representante Suplente da Colômbia junto à OEA, foi eleito Vice-Presidente da CAJP para o período 2022-2023.

# Mandatos

De acordo com os artigos 17 e 18 do Regulamento do Conselho Permanente, as funções da CAJP são as seguintes.

1. Estudar os temas sobre assuntos jurídicos e políticos de que a incumbir o Conselho Permanente.
2. Considerar os relatórios da Comissão Jurídica Interamericana, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mencionados no artigo 91, f, da Carta da Organização dos Estados Americanos. Além disso, submeter ao Conselho Permanente seus relatórios com observações e recomendações e os correspondentes projetos de resolução.

Além disso, em conformidade com o disposto no artigo 30 de seu Regulamento, na reunião ordinária de 11 de novembro 2022, o Conselho Permanente aprovou a “Distribuição de mandatos emanados do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral e de outros períodos anteriores” (documento [CP/doc. 5826/22 rev. 1 corr.1](http://scm.oas.org/doc_public/portuguese/HIST_23/CP46941p03.docx)), e encarregou a CAJP de, no período 2022-2023, fazer o acompanhamento dos mandatos constantes das seguintes resoluções:

1. AG/RES. 2970 (LI-O/21) Promoção da segurança hemisférica: um enfoque multidimensional (parágrafo 37)
2. AG/RES. 2989 (LII-O/22) Fortalecimento da democracia (exceto seção v, parágrafo resolutivo 2; seção vii, parágrafo resolutivo 5; e seção xi, parágrafo resolutivo 8)
3. AG/RES. 2990 (LII-O/22) Direito Internacional (exceto seção v, parágrafo resolutivo 2; seção vi, parágrafo resolutivo 4)
4. AG/RES. 2991 (LII-O/22) Promoção e proteção dos direitos humanos (exceto seção xii, parágrafo resolutivo 1; seção xvi, parágrafo resolutivo 2; seção xix, parágrafo resolutivo 8; e seção xxvi, parágrafo resolutivo 6)
5. Observações e recomendações sobre os relatórios anuais dos seguintes órgãos, organismos e entidades da Organização (artigo 91, f, da Carta da Organização dos Estados Americanos):

a) Comissão Jurídica Interamericana (CJI)

b) Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

c) Corte Interamericana de Direitos Humanos

d) Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA)

Em sua reunião ordinária de 2 de fevereiro de 2023, a CAJP aprovou seu plano de trabalho e calendário de reuniões (CP/CAJP-3702/23 rev.2).

# Acompanhamento de temas atribuídos por mandato

 Com vistas a facilitar o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão no período 2022-2023, a Presidência gostaria de propor os seguintes instrumentos de gestão como parte integrante do Plano de Trabalho.

* Plano de Trabalho: Temas e mandatos emanados do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral e de outros períodos anteriores a serem considerados pela CAJP.
* Calendário de reuniões da CAJP para o período 2022-2023.
* Metodologia proposta pelo presidente para os mandatos 2022-2023.

No Calendário de Reuniões se especificam os temas que serão considerados em cada uma das reuniões programadas. Os projetos de ordem do dia para cada reunião serão preparados pela Presidência, que levará em conta as sugestões que as delegações julguem conveniente apresentar, buscando sempre o melhor uso dos recursos disponíveis e do tempo.

A metodologia proposta pela Presidência para o mandato de 2022-2023 concentra-se na maximização do tempo e dos recursos humanos e financeiros disponíveis para a Comissão no curto prazo que leva à Assembleia Geral de 2023.

# Eventos especiais

A CAJP conta com mandatos para realizar os seguintes eventos especiais em 2023:[[1]](#footnote-1)/

* + 1. **Reunião extraordinária sobre paridade de gênero e representatividade geográfica e dos diferentes sistemas jurídicos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos**
			- * **Data: 15 de março de 2023 (manhã)**
		2. **Décima primeira reunião extraordinária da CAJP sobre boas práticas destinadas a garantir o acesso à justiça aos usuários dos serviços de saúde mental de cada instituição oficial da defensoria pública da região**
			- * **Data: 27 de abril de 2023**
		3. **Reunião extraordinária para considerar os desafios particulares que a região enfrenta em relação às consequências da elevação do nível do mar e suas possíveis implicações jurídicas e examinar as medidas de resposta ou adaptação que os Estados membros da Organização já implementaram**
			- * **Data: 4 de maio de 2023**
		4. **Reunião extraordinária em consulta com os Estados para refletir coletivamente, compartilhar lições aprendidas e intercambiar boas práticas sobre o direito à liberdade de expressão e o jornalismo nas Américas**
			- * **Data: 18 de maio de 2023**
		5. **Reunião extraordinária sobre o tema do poder da inclusão e dos benefícios da diversidade para dialogar com especialistas, compartilhar lições aprendidas e intercambiar boas práticas para fazer os objetivos desta resolução avançarem, com foco especial nos aspectos identificados no parágrafo 5, em coordenação com a Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade (CIDI), e a Subcomissão de Parceria para as Políticas de Desenvolvimento**
			- * Data: **Segundo semestre de 2023 (veja nota verbal das Missões Permanentes do Canadá e Panamá** [**CP/CAJP/INF-1014/23**](http://scm.oas.org/doc_public/portuguese/HIST_23/CP47277p07.docx))
		6. Reunião extraordinária para prosseguimento da discussão de estratégias para a Organização continuar fortalecendo suas atividades na área de codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional Privado, bem como para avaliar as propostas concretas contidas no documento CP/CAJP-3667/22
			- * Data: pendente
		7. **Curso para os Estados membros, funcionários da Organização e o público em geral com o objetivo de promover o conhecimento e o respeito pelo Direito Internacional Humanitário e instrumentos regionais relacionados, incluindo medidas para sua implementação efetiva**
			- * **Data: segundo semestre de 2023**

**Segue a metodologia para a preparação de eventos especiais**:

1. As datas para os eventos especiais farão parte do Calendário de Reuniões da CAJP e serão previamente acordadas por esta Comissão.
2. As delegações que queiram apresentar sugestões sobre os projetos de agenda para os eventos especiais devem enviá-las à Secretaria da CAJP, e a Comissão irá considerá-las e aprová-las com antecedência mínima de 45 dias com relação à data do evento.
3. As delegações são convidadas a realizar consultas entre si e a buscar o apoio da área técnica responsável pelo tema objeto do evento especial.
4. Solicita-se que em suas propostas incluam sugestões tanto sobre os pontos a serem abordados em cada evento como sobre os painelistas a serem convidados, no entendimento de que a CAJP não se encarregará do financiamento das despesas ocasionadas pela participação desses painelistas nos eventos.
5. A Secretaria incluirá as sugestões que receba das delegações nos projetos de agenda que serão distribuídos antes das reuniões ordinárias mencionadas.
6. Com base nos projetos de agenda que sejam publicados e nas sugestões e observações que sejam recebidas, a CAJP, com a liderança e moderação da Presidência, chegará à aprovação dessas agendas e dará andamento aos preparativos necessários para a realização dos eventos especiais.
7. A consideração dos projetos da agenda de cada evento especial acontecerá nas reuniões ordinárias da CAJP
8. A Presidência incentiva a realização presencial de eventos especiais. No entanto, levando-se em conta os elevados custos de viagem relacionados, a participação virtual permanecerá disponível.

# Relatórios periódicos da Secretaria

Como parte de seu mandato em curso, espera-se que a CAJP receba aproximadamente 20 relatórios periódicos dos departamentos da Secretaria-Geral e de outros órgãos da OEA (por exemplo, IIN).

# Acompanhamento da implementação dos mandatos da Assembleia Geral atribuídos à CAJP

Consultar a Seção XI deste Plano de Trabalho para obter a lista de relatórios especiais/temáticos e eventos especiais encarregados pela Assembleia Geral.

# Relatórios anuais dos órgãos, organismos e entidades da Organização

## Comissão Jurídica Interamericana (CJI)

* Apresentação do relatório anual prevista para 20 de abril de 2023
* Documento: **RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA AO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL** -  [CP/doc. 5858/23](http://scm.oas.org/doc_public/spanish/HIST_23/CP47418s03.docx)

## Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

* Apresentação do relatório anual prevista para 20 de abril de 2023
* Documento: **RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS AO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL**

## Corte Interamericana de Direitos Humanos

* Apresentação do relatório anual prevista para 30 de março de 2023
* Documento: **RELATÓRIO ANUAL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS AO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL -** [CP/doc. 5851/23](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_23/CP47362S03.docx)

## Centro de Estudos da Justiça das Américas (JSCA)

* Apresentação do relatório anual prevista para 13 de abril de 2023
* Documento: **RELATÓRIO ANUAL DE 2022 DO CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS AO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL -** [CP/doc. 5861/23](http://scm.oas.org/doc_public/spanish/HIST_23/CP47481s05.docx)

# Negociação dos projetos de resolução *omnibus*

Esta seção será apresentada em seguida à aprovação da proposta da Presidência sobre a estrutura para os projetos de resolução que a CAJP elaborará para o Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral e sobre a metodologia para as negociações.

# Orçamento para o período 2022-2023

A Assembleia Geral, por meio da resolução AG/RES. 2985 (LII-O/22), “Orçamento-programa da Organização para 2023”, aprovou a destinação de US$100.000 (cem mil dólares) para financiar as reuniões da CAJP a serem realizadas ao longo de 2023.

# Alcance

O Plano de Trabalho e Calendário de Reuniões servirá de referência geral para as atividades da CAJP no período 2022-2023. O texto deste documento não é final, sendo possível, portanto, incorporar as alterações e atualizações necessárias, a fim de cumprir as tarefas recebidas e alcançar resultados abrangentes e ótimos.

 A Presidência agradece as sugestões dos Estados membros e, antecipadamente, o apoio das delegações para o cumprimento das responsabilidades atribuídas à CAJP pela Assembleia Geral e pelo Conselho Permanente.

Embaixador Hugh Adsett

Representante Permanente do Canadá junto à OEA

Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos

# Mandatos emanados do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral e de outros períodos anteriores a serem considerados pela CAJP no período 2022-2023

1. AG/RES. 2989 (LII-O/22): FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA
2. Fortalecimento do cadastro e do registro da propriedade nas Américas

4. Instar a participação das instituições de cadastro e registro dos Estados membros na formulação de iniciativas que atendam aos objetivos propostos nesta resolução, mediante o intercâmbio de experiências que fortaleçam a gestão de cadastro e registro frente à transformação digital, e no pós-pandemia de covid-19 para a recuperação econômica e social, com o emprego de sistemas, bases de dados e modelos tecnológicos tradicionais e, em particular, os emergentes e encarregar o Departamento de Gestão Pública Efetiva de que faça a pesquisa bianual de cadastro e registro da propriedade e de que informe os resultados dessa pesquisa à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. **Nota: Relatório temático/especial**

1. Cooperação técnica e missões de observação eleitoral

3. Encarregar o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) de informar formalmente aos Estados membros, antes do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, sobre a situação em que se encontra o processo de atualização do “Manual para as Missões de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos”, levando em consideração as normas internacionais reconhecidas na matéria, bem como a valiosa experiência e as boas práticas das autoridades eleitorais dos Estados membros, e comunicando a eles os resultados desse processo, a fim de que possam formular suas recomendações e sugestões para a consideração do DECO. **Nota: Relatório temático/especial**

1. Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção
2. Governo aberto, digital, inclusivo e transparente
3. Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas
4. Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais
5. Acompanhamento da Carta Democrática Interamericana
6. Encarregar o Conselho Permanente de promover, em ampla consulta com os Estados membros para a recomendação de painelistas, a realização de uma sessão extraordinária dedicada à implementação de todos os aspectosda Carta Democrática Interamericana e seus desafios, e que informe a Assembleia Geral, em seu Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, sobre os resultados dessa sessão.

1. A proteção do consumidor nas Américas
2. Solicitar à Rede de Segurança e Saúde do Consumidor (CSHN) da OEA que elabore um relatório descrevendo as medidas adotadas para proteger a saúde e a segurança dos consumidores no período 2021-2022. **Nota: Relatório temático/especial**
3. Promoção do engajamento parlamentar interamericano
4. Incumbir o Conselho Permanente de que, por intermédio da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e da Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC), promova a realização de uma reunião extraordinária com parlamentares da ParlAmericas e outras organizações parlamentares regionais para que compartilhem com os Estados membros as boas práticas e recomendações, com um enfoque especial a partir de uma perspectiva de gênero, a fim de melhorar o diálogo parlamentar interamericano, sendo que os resultados da referida sessão serão informados à Assembleia Geral em seu Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões. **Nota: Evento especial**
5. Fortalecimento e inovação da gestão pública efetiva nas Américas
6. Aprofundar a relação entre governabilidade democrática inclusiva e desenvolvimento sustentável
7. Encarregar o Conselho Permanente de que promova, em ampla consulta com os Estados membros para a recomendação de painelistas, a realização de uma sessão extraordinária centrada na importância de aprofundar a relação entre a governabilidade democrática e inclusiva e o desenvolvimento sustentável, com ênfase especial nos temas identificados nos compromissos relacionados com democracia e desenvolvimento sustentável da Nona Cúpula das Américas, e que informe a Assembleia Geral, em seu Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, sobre os resultados da referida sessão.
8. AG/RES. 2990 (LII-O/22): DIREITO INTERNACIONAL
9. Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional
10. Expressar seu reconhecimento ao Departamento de Direito Internacional por seus esforços na promoção e divulgação do Direito Internacional e Interamericano e solicitar-lhe que continue executando as ações constantes do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional e que informe a CAJP sobre o tema a cada dois anos; felicitar o Conselho Permanente pelos resultados obtidos na reunião extraordinária de 20 de julho de 2022, por ocasião da celebração do Vigésimo Quinto Aniversário do referido programa, e encarregá-lo de realizar sessões semelhantes a cada dois anos para que os Estados membros continuem contando com um espaço de intercâmbio sobre as atividades que consideram prioritárias para desenvolver no âmbito desse programa. **Nota: Evento especial – considerando que se trata de um evento bianual e que o último aconteceu em 2022, o próximo deveria ser em 2024.**

1. Direito Internacional Privado
2. Solicitar à CAJP que realize uma nova sessão extraordinária para seguir discutindo estratégias para que a Organização continue e reforce suas atividades em matéria de codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional Privado, bem como para avaliar as propostas concretas constantes do documento [CP/CAJP-3667/22](http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CP/CAJP&classNum=3667&lang=s), elaborado pelo Departamento de Direito Internacional, e aquelas que os Estados membros decidam apresentar. **Nota: Evento especial**
3. Comissão Jurídica Interamericana
4. Direito Internacional no espaço cibernético
5. Uso do Direito Internacional para o fortalecimento da OEA
6. Solicitar ao Conselho Permanente que realize uma sessão extraordinária para fomentar o intercâmbio de experiências entre os Estados membros sobre os princípios do Direito Internacional nos quais se baseia o Sistema Interamericano.
7. Regime jurídico internacional das empresas de armas e munições
8. Solicitar ao Conselho Permanente que realize uma sessão extraordinária para fomentar a troca de experiências quanto à promoção e proteção dos direitos humanos e ao papel das empresas de armas nessa área.
9. Direito do Mar
10. A elevação do nível do mar em relação ao Direito Internacional
11. Encarregar a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos de que, antes do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, realize uma reunião extraordinária para considerar os desafios particulares enfrentados pela região em relação às consequências da elevação do nível do mar e suas possíveis implicações jurídicas abordando as medidas de resposta ou adaptação que tenham sido implementadas pelos Estados membros da Organização, e encarregar o Departamento de Direito Internacional de que elabore posteriormente um relatório de seus principais resultados para transmiti-los à Comissão Jurídica Interamericana (CJI). **Nota: Evento especial**
12. Conservação e uso sustentável dos oceanos
13. Promoção e respeito do Direito Internacional Humanitário
14. Expressar sua satisfação pela cooperação entre a OEA e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no âmbito da promoção do respeito do Direito Internacional Humanitário e dos princípios que o regem, e instar a Secretaria-Geral a que continue fortalecendo essa cooperação, e encarregar o Conselho Permanente de realizar, no primeiro semestre de 2023, uma sessão extraordinária sobre temas de atualidade do Direito Internacional Humanitário como, entre outros, a aplicabilidade dessas normas à questão das novas tecnologias de guerra como as armas autônomas letais e as operações cibernéticas, as armas explosivas em zonas densamente povoadas e a proteção do meio ambiente natural durante os conflitos armados. **Nota: As Delegações de México e Costa Rica solicitarão que este mandato seja atribuído ao Conselho Permanente.**
15. Solicitar à Secretaria-Geral que, por intermédio do Departamento de Direito Internacional e em coordenação com o CICV, organize, no âmbito da CAJP, um curso destinado aos Estados membros, aos funcionários da Organização e ao público em geral, com o objetivo de promover o conhecimento e o respeito do Direito Internacional Humanitário e dos instrumentos regionais correlatos, inclusive as medidas para sua efetiva implementação. **Nota: Evento especial**
16. AG/RES. 2991 (LII-O/22): PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
17. Erradicação da apatridia nas Américas
18. Defensoras e defensores de direitos humanos
19. Direitos da criança e do adolescente
20. Saúde mental e privação da liberdade. O trabalho da defensoria pública oficial autônoma
21. Solicitar ao Conselho Permanente que encarregue a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) de incluir em seu plano de trabalho, antes do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, o seguinte tema desta resolução, a fim de promover o intercâmbio de experiências e boas práticas: Saúde mental e privação da liberdade. O trabalho da defensoria pública oficial autônoma. Realização de uma décima primeira sessão extraordinária da CAJP sobre as boas práticas destinadas a garantir o acesso à justiça das pessoas usuárias de serviços de saúde mental colocadas em prática em cada instituição de defensoria pública da região, no primeiro trimestre de 2023, com a presença dos Estados membros e suas respectivas instituições públicas oficiais de assistência jurídica, de integrantes da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), de peritos do setor acadêmico e da sociedade civil, inclusive organizações de mulheres,bem como das organizações internacionais. O comparecimento dos membros da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) deverá ser garantido pela própriaAIDEF. **Nota: Evento especial**
22. Princípios sobre Entrevistas Eficazes para Investigação e Coleta de Informações ou “Princípios Méndez”
23. Liberdade de expressão e jornalismo nas Américas
24. Solicitar à CAJP que, com os recursos existentes, realize uma “sessão extraordinária para que, em consulta com os Estados, reflita coletivamente, compartilhe lições aprendidas e intercambie boas práticas em matéria de direito à liberdade de expressão e ao jornalismo nas Américas” e apresente os resultados alcançados na referida sessão ao Conselho Permanente, antes do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. **Nota: Evento especial**
25. O poder da inclusão e os benefícios da diversidade
26. Solicitar à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos que organize, observando os recursos disponíveis e em coordenação com a Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade, a SEDI e a Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento, uma reunião extraordinária em que os Estados membros possam dialogar com especialistas, compartilhar lições aprendidas e intercambiar boas práticas, com vistas a alcançar as metas desta resolução, com ênfase especial nos aspectos identificados no parágrafo 5 e que a Comissão apresente os resultados alcançados na mencionada reunião ao Conselho Permanente antes do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. **Nota: Evento especial**
27. Fortalecimento do Mecanismo de Acompanhamento para a Implementação do Protocolo de São Salvador
28. Proteção dos solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e dos refugiados nas Américas
29. Direitos humanos das pessoas idosas
30. Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência 2016–2026 (PAD) e Apoio à Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência
31. Promoção da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e o combate à discriminação de todo tipo
32. Solicitar ao Conselho Permanente que organize, com os recursos existentes, uma sessão de acompanhamento destinada a recolher contribuições dos Estados membros para eliminar a intolerância e a discriminação na região.
33. Proteção dos direitos humanos frente à pandemia de covid-19 e futuras emergências epidêmicas ou pandêmicas
34. Acompanhamento da implementação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e do Plano de Ação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2022–2026)
35. Registro civil universal e direito à identidade
36. Direitos humanos e meio ambiente
37. Encarregar o Conselho Permanente de incluir, em uma de suas sessões ordinárias, o tema do acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe, convidando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a sua Relatoria Especial sobre os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais e o Grupo de Trabalho Encarregado de Analisar os Relatórios Nacionais Previstos no Protocolo de São Salvador a apresentarem um relatório sobre a situação do referido tema na América Latina e no Caribe.
38. Fortalecimento do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI)
39. Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres para a promoção da igualdade e equidadede gênero e dos direitos das mulheres
40. Direitos humanos e prevenção da discriminação e da violência contra as pessoas LGBTI
41. Encarregar o Conselho Permanente de que organize, com os recursos existentes e em coordenação com a Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade e a sociedade civil, uma sessão extraordinária sobre “Direitos humanos e prevenção da discriminação e da violência contra as pessoas LGBTI nas Américas”, com especial atenção ao acesso ao mercado de trabalho no contexto da crise econômica resultante da pandemia de covid-19 e de outros fatores e do processo de recuperação.
42. Solicitar à CIDH, de acordo com sua disponibilidade de recursos, um relatório de acompanhamento sobre o relatório “Violência contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais na América”, de 2015, e que, em colaboração com outros organismos e agências, como a Organização Pan-Americana da Saúde, informe também sobre a discriminação médica e as práticas médicas degradantes, especialmente em relação às pessoas intersexuais, bem como sobre a prática das denominadas “terapias de conversão” na região. **Nota: Relatório temático/especial (data de apresentação do relatório a ser confirmada)**
43. Promoção e proteção dos direitos humanos na internet
44. Solicitar que o Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) prepare, dentro dos recursos existentes e levando em conta as contribuições de múltiplas partes interessadas e detentores de direitos, como Estados, setor privado, academia, sociedade civil e comunidade técnica, um relatório interamericano sobre as normas internacionais, os desafios e as boas práticas em matéria de acessibilidade e inclusão digital, com a inclusão de um componente de alfabetização para habilidades cívicas digitais e moderação de conteúdo online, a fim de garantir e promover o acesso livre e igualitário à internet e às novas tecnologias de informação e das comunicações, bem como seu uso e apropriação por todas as pessoas, de acordo com as obrigações e as normas. **Nota: Relatório temático/especial**
45. Situação das pessoas afrodescendentes no Hemisfério e racismo
46. Observações e recomendações aos Relatórios Anuais 2021 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos
47. Pessoas desaparecidas e o atendimento das necessidades de seus familiares
48. Direitos humanos e pessoas que vivem com uma doença rara e suas famílias

1. Fortalecimento da proteção e promoção do direito à liberdade de consciência e de religião ou crença
2. Solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que apresente ao Conselho Permanente seu estudo sobre o direito à liberdade de consciência e de religião ou crença uma vez concluído. **Nota: Relatório temático/especial (data de apresentação do relatório a ser confirmada)**
3. Paridade de gênero e representatividade geográfica e dos diferentes sistemas jurídicos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos
4. Encarregar a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) de continuar aprofundando seu trabalho nesse tema, incluindo em seu programa de trabalho 2022–2023 a realização de uma sessão de acompanhamento na qual os Estados membros, os peritos e peritas e a sociedade civil, inclusive as organizações de mulheres, compartilhem boas práticas em processos de indicação e seleção de pessoas candidatas aos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, inclusive informação sobre procedimentos e políticas nacionais vigentes, bem como boas práticas de outros organismos de direitos humanos, com vistas à elaboração de um relatório com recomendações para promover a paridade de gênero, a igualdade de gênero e a não discriminação e o equilíbrio entre as diferentes regiões e sistemas jurídicos do Hemisfério na CIDH e na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que será apresentado no Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, e solicitar à Comissão Interamericana de Mulheres que elabore, com base nessa reunião e coletando de maneira inclusiva todas as opiniões e participações, um relatório com recomendações a ser apresentado ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, que inclua informações sobre procedimentos, políticas nacionais e as boas práticas existentes. **Nota: Evento especial**

# AG/RES. 2970 (LI-O/21): PROMOÇÃO DA SEGURANÇA HEMISFÉRICA: UM ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL

f. Melhorar a coordenação para o fortalecimento da segurança pública nas Américas

37. Solicitar ao Conselho Permanente que considere convocar uma sessão conjunta da MISPA e da REMJA, levando em conta a importância de abordar em conjunto diversos temas no âmbito dos dois processos, e solicitar à CSH e à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos que identifiquem possíveis temas da agenda dessa reunião conjunta (**Nota: a ser confirmado**).

# Calendário de reuniões da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos para o período 2022-2023

|  |
| --- |
| **JANEIRO DE 2023** |
| **Número e data das reuniões** | **Temas a serem considerados nas reuniões** |
| 1. **Quinta-feira,**

19 de janeiro de 202314h30 – 17h30 | 1. Mensagem de início de atividades por parte da Presidente da CAJP, Embaixador Hugh Adsett, Representante Permanente do Canadá junto à OEA
2. Eleições para a Vice-Presidência da CAJP
3. Apresentação da proposta de metodologia da Presidência para seu mandato
4. Consideração do projeto de plano de trabalho e calendário de reuniões da CAJP para o período 2022-2023
 |
| **FEVEREIRO 2023** |
| 1. **Quinta-feira,**

2 de fevereiro de 202314h30 - 17h30 | 1. Consideração e aprovação da proposta de metodologia da Presidência para o seu mandato
2. Consideração e aprovação do projeto de plano de trabalho e calendário de reuniões da CAJP para o período 2022-2023
3. Apresentação de projetos de calendários para eventos especiais da CAJP (a ser confirmado)
 |

|  |
| --- |
| **MARÇO DE 2023** |
| 1. **Quarta-feira,**

15 de março de 202310h00 – 13h00  | Reunião extraordinária sobre paridade de gênero e representatividade geográfica e dos diferentes sistemas jurídicos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos  |
| 1. **Quarta-feira,**

15 de março de 202314h30 – 17h30 | 1. Consideração e aprovação da proposta de metodologia da Presidência para o seu mandato
2. Consideração e aprovação da agenda da décima primeira reunião extraordinária da CAJP sobre boas práticas de cada instituição de defensoria pública na região destinadas a assegurar acesso à justiça para usuários dos serviços de saúde mental
3. Apresentação de relatórios periódicos pela Secretaria.
	1. “Proteção de solicitantes de asilo e refugiados nas Américas” / Marco Integral Regional para Proteção e Soluções (MIRPS)
	2. Fortalecimento da governança: transparência, prestação de contas e participação dos cidadãos. Solicitação das Missões Permanentes do Canadá e Colômbia para considerar o tema começando com uma apresentação do Departamento de Gestão Pública Efetiva
 |
| 1. **Quinta-feira,**

23 de março de 202314h30 – 17h30 | 1. Instruções sobre o processo do modelo e critérios para novos mandatos aprovado pelo Conselho Permanente de acordo com a resolução AG/RES. 2971 (LI-O/21)
2. Consideração do documento CP/CAJP-3715/23: Sessão extraordinária do Conselho Permanente sobre “Boas práticas e recomendações para o fortalecimento do diálogo parlamentar interamericano”
3. Consideração do documento [CP/CAJP-3716/23:](http://scm.oas.org/doc_public/ENGLISH/HIST_23/CP47353E05.docx) Sessão extraordinária do Conselho Permanente sobre “Implementação de todos os aspectos da Carta Democrática Interamericana e seus desafios”
4. Consideração do documento [CP/CAJP-3713/23:](http://scm.oas.org/doc_public/ENGLISH/HIST_23/CP47328E03.docx) Projeto de resolução “Renovação de resoluções e mandatos confiados à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos que não puderam ser implementados no período de 2022-2023”
 |
| 1. **Quinta-feira**

30 de março de 202314h30 – 17h30 | 1. Apresentação do Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral
* Documento: [CP/doc. 5851/23](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_23/CP47362S03.docx)
1. Consideração do documento [CP/CAJP-3715/23:](http://scm.oas.org/doc_public/ENGLISH/HIST_23/CP47352E03.docx) Sessão extraordinária do Conselho Permanente sobre “Boas práticas e recomendações para o fortalecimento do diálogo parlamentar interamericano”
2. Consideração do documento [CP/CAJP-3716/23:](http://scm.oas.org/doc_public/ENGLISH/HIST_23/CP47353E05.docx) Sessão extraordinária do Conselho Permanente sobre “Implementação de todos os aspectos da Carta Democrática Interamericana e seus desafios”
 |
| **ABRIL DE 2023** |
| 1. **Quinta-feira**

13 de abril de 202314h30 – 17h30 | 1. Apresentação do Relatório Anual do Centro de Estudos da Justiça das Américas ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral **-** [CP/doc. 5861/23](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_23/CP47481S05.docx)
2. Debate sobre a abordagem a ser adotada com relação às resoluções da próxima Assembleia Geral que sejam de competência da CAJP
 |
| 1. **Quinta-feira**,

20 de abril de 202314h30 – 17h30 | 1. Apresentação do Relatório Anual da CIDH ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral
* Documento: [CP/doc. 5862/23](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_23/CP47491S05.docx)
1. Apresentação do Relatório Anual da Comissão Jurídica Interamericana (CJI) ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral
* Documento: [CP/doc. 5858/23](http://scm.oas.org/doc_public/spanish/HIST_23/CP47418s03.docx)
1. Aprovação da proposta de modelo e metodologia para as negociações sobre os projetos de resolução *omnibus* da CAJP em preparação para o Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral
 |
| 1. **Quinta-feira**,

27 de abril de 202314h30 - 17h30 | Décima primeira reunião extraordinária da CAJP sobre boas práticas destinadas a garantir o acesso à justiça aos usuários dos serviços de saúde mental de cada instituição oficial da defensoria pública da região |
| 1. **Quinta-feira,**

**27 de abril de 2023****14h30 – 17h30** | Aprovação da proposta de modelo e metodologia para as negociações sobre os projetos de resolução *omnibus* da CAJP em preparação para o Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral |
| **MAIO DE 2023** |
| 1. **Quinta-feira**

4 de maio de 202314h30 - 17h30 | Reunião extraordinária para considerar os desafios particulares que a região enfrenta em relação às consequências da elevação do nível do mar e suas possíveis implicações jurídicas e examinar as medidas de resposta ou adaptação que os Estados membros da Organização já implementaram. |
| 1. **Quinta-feira**

11 de maio de 202314h30 - 17h30 | 1. Apresentação de relatório sobre a situação do processo de atualização do “Manual das Missões de Observação Eleitoral da OEA”. AG/RES. 2989 (LII-O/22): FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, seção ii. Cooperação técnica e missões de observação eleitoral
2. Apresentação do relatório “Diretrizes para a Proteção dos Consumidores na Detecção Precoce de Produtos de Consumo Inseguros ou que Apresentam Risco Não Previsto no Contexto Pós-Pandêmico” pela Rede de Consumo Seguro e Saúde (RCSS) da OEA. AG/RES. 2989 (LII-O/22): FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, seção viii. A proteção do consumidor nas Américas
3. Visão geral da situação dos direitos das pessoas LGBTI na região: apresentação em vídeo da comissária Roberta Clarke, relatora da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays e Bissexuais, Transexuais e Intersexuais
4. Apresentação do relatório sobre a resolução AG/RES. 2989 (LII-O/22): FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, seção i. Fortalecimento do cadastro e do registro da propriedade nas Américas (como parte da transformação digital)
5. Relatório da Primeira Reunião Interamericana sobre a Implementação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADIN), realizada na cidade de Antígua Guatemala, Guatemala, de 20 a 22 de março de 2023
 |
| 1. **Quinta-feira**

18 de maio de 202314h30 - 17h00 | * + - 1. Reunião extraordinária em consulta com os Estados para refletir coletivamente, compartilhar lições aprendidas e intercambiar boas práticas sobre o direito à liberdade de expressão e o jornalismo nas Américas.
 |
| 1. **Quinta-feira**

18 de maio de 202317h00 - 17h30 | Apresentação do relator especial para a Liberdade de Expressão, Pedro Vaca Villarreal, sobre a versão preliminar do “Relatório sobre Inclusão, Propriedade Digital e Governança de Conteúdo”, elaborado em resposta à AG/RES. 2991 (LII-O/22), “Promoção e proteção dos direitos humanos na internet”, mediante a qual se encarregou a relatoria da elaboração de um relatório interamericano sobre as normas internacionais, os desafios e as boas práticas em matéria de acessibilidade e inclusão digital, com a inclusão de um componente de alfabetização para habilidades cívicas digitais e moderação de conteúdo online. |
| 1. **Quinta-feira**

**Sessão ordinária virtual**25 de maio de 2023**14h30 - 15h30** | 1. Consideração do Relatório Preliminar da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) em acompanhamento dos mandatos da resolução AG/RES. 2991 (LII-O/22), “Promoção e proteção dos direitos humanos”, seção xxvi, “Paridade de gênero e representatividade geográfica e dos diferentes sistemas jurídicos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos” [CP/CAJP-3736/23](http://scm.oas.org/doc_public/portuguese/HIST_23/CP47835p06.docx)
* Apresentação da secretária executiva da CIM, Alejandra Mora Mora
 |
| 1. **Quinta-feira**

**Reunião informal virtual****25 de maio de 2023****15h30 – 17h30** | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |
| 1. **Sexta-feira**

**Reunião informal virtual****26 de maio de 2023****10h00 – 13h00** | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |
| **JUNHO DE 2023** |
| 1. **Quinta-feira**

1º de junho de 202314h30 - 17h30 | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |
| 1. **Sexta-feira**

2 de junho de 202310h00 – 13h00e14h30 – 17h30 | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |
| 1. **Terça-feira,**

**Reunião informal**6 de junho de 202314h30 – 17h30 | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |
| 1. **Quinta-feira**

8 de junho de 202314h30 - 17h30 | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |
| 1. **Sexta-feira**

9 de junho de 202310h00 – 13h00e14h30 – 17h30 | Negociação dos projetos de resolução para a Assembleia Geral |



CP46307P03

CP47984P04

1. . Apresentados em ordem cronológica. [↑](#footnote-ref-1)